

O mundo do trabalho na sociedade escravocrata brasileira um panorama sobre a Paraíba escravista

Solange Pereira da Rocha
Matheus Silveira Guimarães

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROCHA, SP., and GUIMARÃES, MS. O mundo do trabalho na sociedade escravocrata brasileira: um panorama sobre a Paraíba escravista. In: OLIVEIRA, TB., org. *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 23-56. ISBN 978-85-7879-333-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O mundo do trabalho na sociedade escravocrata brasileira: um panorama sobre a Paraíba escravista

Solange Pereira da Rocha
Matheus Silveira Guimarães

INTRODUÇÃO

O presente texto consiste num estudo de sistematização histórica do tema ‘trabalho’, na sociedade escravocrata da Paraíba colonial (Séculos XVI e XVII). Para isso, baseou-se em fontes primárias manuscritas (documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa) impressas e publicadas, por exemplo, relatórios de governantes da ‘capitania holandesa da Paraíba’, como os de Servaes Carpentier¹ (1636), Elias Herckmans² (1639), e o de Adriaen van der Dussen³ (1639), entre outros documentos do período em estudo, nos quais procuramos evidenciar o processo de colonização e de formação do território paraibano com ênfase no tema ‘trabalho’.

-
- 1 CARPENTIER, Servaes. Relatório sobre a capitania da Paraíba em 1635, escrito pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, conselheiro político e diretor da mesma capitania. In: MEDEIROS, Manuel Batista de. **Capitania holandesa da Paraíba: o condado dos pães de açúcar numa visão do Século XVII**. 2. ed. João Pessoa: Editora Unipê, 2004, p. 111-131.
 - 2 HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da Capitania da Paraíba**. Tradução José Hygino Duarte Pereira. João Pessoa: Editora A União, 1982 [1639].
 - 3 DUSSEN, Adriaen van der. Relatório sobre o estado das Capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais. In: GONSALVES DE MELLO, José Antônio (org.). **Revista do Instituto do Açúcar e do Alcool**, Rio de Janeiro, 1947.

Como se sabe, o tipo predominante de trabalho nesse período, na Paraíba, como no conjunto do território que constituiria o atual Brasil, foi o compulsório, cuja mão de obra mais escravizada era a de gente “negra da terra”, isto é, os “brasilianos”/ povos indígenas⁴ e gente negra oriunda da África atlântica e de seus descendentes nascidos no espaço paraibano. Estava, assim, a Paraíba desde a sua formação vinculada à escravidão moderna e atlântica, iniciada no começo do Século XVI e que se estendeu até a metade do Século XIX, que resultou na escravização de cerca de 11 milhões de africanos nas Américas e no crescimento e fortalecimento do capitalismo, tanto quando ele surgiu (fase comercial), quanto no seu fortalecimento (estágio da industrialização), conforme estudado por Eric Williams⁵.

Assim, procuramos mostrar as ações de colonização, a formação do território paraibano e a participação dos trabalhadores, sobretudo os de condição escravizada, nas atividades produtivas como as agrícolas, que se desenvolveram nos primeiros dois séculos da presença de europeus – lusos, holandeses, entre outros – que estabeleceram uma sociedade cujas relações sociais de produção estiveram alicerçadas no escravismo, no qual os meios de produção e os trabalhadores escravizados estiveram vinculados a uma coerção violenta (física e simbólica) para desenvolverem uma economia voltada para a agroexportação de diferentes produtos, sobretudo agrícolas. Esse sistema social escravista perdurou um longo período, superando o tempo de 350 anos, sendo extinta somente em 1888, com a abolição da escravidão. Entretanto, no Brasil contemporâneo ainda permanece um legado de desigualdades sociais e raciais. Longe estamos, portanto, de ultrapassar o

4 Adrian van der Dussen (*op. cit.*, p. 87 e p. 91) reconheceu os indígenas como os “primitivos senhores” da Paraíba e conseguiu mapear a existência de seis aldeias com 620 “brasilianos”, na década de 1630. Envolvendo as quatro capitânicas do Brasil Setentrional (Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande), somavam 1.923 “homens”, sendo que 1.000 podiam “ser reunidos para a guerra”. Entre os restantes, estavam os “velhos e incapazes”, que permaneciam nas aldeias junto com “as mulheres e os meninos”. Esses últimos também podiam seguir para a guerra ou ficavam nas aldeias trabalhando na produção de alimentos, como a mandioca e variados tipos de tubérculo.

5 WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia da Letras, 2012 [1944].

passado escravista tão presente em imaginários e práticas sociais nesse início de Século XXI na sociedade brasileira⁶.

A Capitania da Paraíba na economia colonial

“Os habitantes da capitania são livres ou **escravos**. [...] os escravos são **brasilianos nativos** ou **negros** trazidos de **Angola** ou **Cabo Verde**”⁷.

“Quem quiser tirar proveito dos seus **negros** deve dar-lhes muita comida, **muito trabalho** e muitos açoites”⁸.

No Século XVII, o Brasil era a principal colônia lusitana e responsável pela produção da maior parte da riqueza desse império. Esse foi um fator decisivo para que existisse um projeto de colonização que resultaria em sua ocupação a partir de 1535, em terras onde se formou Pernambuco. Contudo, não era essa a posição do Brasil no cenário inicial da expansão europeia. Suas terras, a princípio, não despertaram o interesse português. Até por volta da década de 1530, o contato entre europeus e nativos na América portuguesa era pontual e se restringia aos interesses pela extração de madeira, em especial, o pau-brasil, concentrada na região litorânea. A atenção da Corte de Lisboa voltava-se para as bandas orientais, em que movimentações avultosas de mercadorias e metais preciosos aumentavam as rendas reais.

Com o tempo, a postura de Portugal em relação às suas terras na América precisou alterar-se. A presença constante de outros povos europeus, sobretudo dos franceses, que estabeleceram contato com os indígenas e passaram a extrair madeiras da terra, fez com que Lisboa se preocupasse em se tornar mais presente. Era preciso colonizar efetivamente o Brasil para que se afastassem as ameaças estrangeiras concorrentes. A solução encontrada foi dividir a colônia, na América, em capitanias hereditárias, instituídas

6 Acerca do escravismo vale consultar Gorender (1978).

7 CARPENTIER, Servaes, *op.cit.*, p. 117. (Grifos nossos).

8 *Ibidem*, p. 119. (Grifos nossos).

na década de 1530. A partir de então, o passo seguinte seria incentivar a produção econômica para se fixar no território americano. A economia de circulação em que se baseou Portugal, em suas relações com a Ásia, já não conseguia dar os resultados antes conquistados. A alternativa foi investir na economia de produção, “dando origem a uma forma mais avançada de exploração colonial”⁹.

A experiência exitosa dos portugueses com a produção canieira nas ilhas atlânticas, desde o final do Século XV, fez com que a Coroa incentivasse essa atividade no Brasil. Já na primeira expedição de 1532, com o intuito de colonizar as terras da América portuguesa, havia a presença de especialistas na produção de cana-de-açúcar. Vários fatores, porém, levaram a um fracasso inicial do modelo de plantação canieira. Apenas duas capitanias obtiveram sucesso: Pernambuco e Bahia. Ainda assim, desde meados do Século XVI, já podemos falar em um sistema de *plantation* no Brasil. Por exemplo, “na década 1580, Pernambuco já possuía mais de sessenta engenhos fabricando açúcar para o mercado europeu, e nos últimos decênios do Século a província tinha fortes ligações com o mercado da Antuérpia”¹⁰. Foi exatamente nessa década que se fundou a Capitania Real da Paraíba, que iniciou o processo de conquista dessa região.

A Capitania da Paraíba, então, estava inserida no contexto da economia de exportação. Sua colonização foi realizada por portugueses que haviam se estabelecido em Olinda (Pernambuco), desde 1535, e que vinham explorando madeiras existentes na costa do que se tornou a Capitania da Paraíba, a partir de 1585. Nessa atividade, estava envolvido o português Frutuoso Barbosa, que, mesmo antes de obter, em 1579, autorização real para “fazer à sua custa a conquista e o povoamento da Capitania”, já vinha negociando com os povos indígenas, com acordos vantajosos¹¹. Todavia, quando as expedições de conquistas avançaram no

9 ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O Trato dos Videntes**: a formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 30.

10 LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 36.

11 ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978, p. 64.

território, muitas batalhas foram travadas contra os “índios bravios” do litoral da Paraíba até que, em 1585, os portugueses conseguiram erguer fortalezas militares para se proteger e iniciaram a construção dos primeiros engenhos. Mesmo após a conquista e a ocupação de algumas faixas de terras no litoral, os conflitos entre indígenas e portugueses continuaram, nos Séculos XVI e XVII, com a entrada em direção ao interior no Século XVIII¹².

Ao deslocarmos o olhar do local para as conjunturas políticas e econômicas mais abrangentes do Século XVI, observamos que o processo de ocupação da Paraíba esteve relacionado à necessidade de a monarquia portuguesa garantir a posse e a expansão da economia canavieira na América portuguesa. As tentativas de conquista de território da futura capitania da Paraíba ocorriam quando a colonização havia completado pouco mais de meio século, e os colonizadores não viviam de forma estável. Pelo contrário, defrontavam-se com o fato de outros europeus tentarem ocupar o território, como os franceses, efetivamente expulsos do Maranhão, em 1615, e os holandeses que, no Século XVII, que ocuparam áreas do Norte, inclusive na Paraíba, mas só foram afastados da América portuguesa em 1654. Portanto, nesse período, os portugueses precisavam (re)povoar o território e fixar suas instituições – administração, língua, religião – para consolidar a colonização¹³.

Como há muito se sabe, Pernambuco foi uma das capitanias que tiveram êxito no desenvolvimento da lavoura canavieira, o que a levou a ser a capitania-base da expansão da colônia. Assistia-se, nesse período, a “um constante movimento português em direção ao Norte”. Esse movimento de ampliação de território atingiu também a Bahia, o que resultou na fundação da capitania de Sergipe. Mais ao norte instituíram-se as capitanias do Piauí,

12 O acordo entre os potiguaras e os portugueses ocorreu apenas em 1599, quatorze anos depois da fundação da Cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, capital da capitania. Para saber mais sobre os conflitos com a população indígena no processo de conquista da Paraíba, ver GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba (1585-1630)**. Bauru: EDUSC, 2007.

13 MEDEIROS, Maria do Céu. O trabalho na Paraíba escravista. In: MEDEIROS, Maria do Céu e SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. Editora Universitária/UFPB, 1999, p. 17-99.

do Maranhão e do Pará. Portanto, pode-se compreender que a criação da capitania da Paraíba, no final do Século XVI, estava inserida na política de domínio português e de sua expansão geográfica na América.

No caso da capitania de Pernambuco, competiu aos lusos aí residentes não só a luta contra os povos nativos (os indígenas) e os demais europeus que procuravam se apropriar do território ocupado no início do Século XVI, como também a organização e a administração das colônias formadas em suas vizinhanças, como a da Paraíba (1585), do Rio Grande (1599) e do Ceará (1603), para consolidar o processo de colonização da América lusa¹⁴. Nesse sentido, em Olinda, formou-se um núcleo central da administração colonial, com a função de conectar as demais capitanias vizinhas ao poder metropolitano. Alguns dos órgãos administrativos ficaram centralizados em seu território, como o bispado, criado em 1676, que agregou várias capitanias do Norte. O porto de Pernambuco, como mencionado, também era intensamente frequentado pelos negociantes portugueses, que comercializavam tanto os produtos necessários para a montagem de engenhos quanto a mão de obra fundamental africana para o desenvolvimento das atividades econômicas, visto que as rotas do comércio de ‘almas’ tinham como ponto de partida essa capitania, que se configurou como ‘central’ para a Corte portuguesa. Coube às autoridades locais administrarem não só os seus negócios como também os das capitanias denominadas de ‘periféricas’, ‘residuais’ ou ‘subordinadas’.

Vale assinalar, ainda, que, na formação da sociedade do açúcar, na Paraíba, os engenhos foram beneficiados pelas férteis várzeas

14 John Russel-Wood (Centro e Periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998, p. 223) destaca que, como resultado da expansão territorial da Coroa portuguesa, no Século XVIII, havia, na América portuguesa, nove capitanias “centrais”: Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, e oito “subalternas”, todas vinculadas a uma das ditas centrais: a do Rio Negro pertencia à esfera do Pará; a do Piauí, ao Maranhão; três, do Norte, Rio Grande [do Norte], Paraíba e Ceará, a Pernambuco; duas do Sul: Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro, à do Rio de Janeiro; e, finalmente, o Espírito Santo, que foi dependente da Bahia e, depois, do Rio de Janeiro. Cf. também BOSCHI, Caio. Administração e administradores no Brasil pomalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 13, jul., 2002, p. 82.

do rio Paraíba¹⁵. Um rio extenso, com cerca de 480 km, com a nascente no atual município de Monteiro¹⁶, e findando num encontro com o oceano Atlântico, na cidade de Cabedelo. Nas proximidades desse curso d' água, havia uma opulenta vegetação, flora rica e abundância de água que, nas frequentes cheias, formavam um solo rico para a agricultura, local em que se instalaram os primeiros núcleos de povoamento da capitania.

Além da plantação de açúcar, as matas ofereciam a retirada do “melhor pau-brasil” e de outras madeiras, que foram usadas como lenha nos engenhos, em construção de casas, em navios e em móveis, não só na Paraíba, mas também ‘sustentaram’ a capitania de Pernambuco, os reinos de Portugal e da França¹⁷. Outros rios, como o Gargaú, o Marés, o Inhobim e o Una, que se encontravam com o Paraíba, foram importantes para o desenvolvimento dos engenhos de açúcar, pois era por meio deles que se escoavam as safras de açúcar e as madeiras e se transportavam alimentos e gêneros manufaturados de outras capitanias para os moradores locais.

Com a efetiva posse da costa litorânea da Paraíba, teve início a formação da agricultura de exportação e de economia interna, como a lavoura de subsistência (mandioca, milho, arroz, frutas e legumes)¹⁸ e a exploração de produtos subsidiários (couro, algodão, tabaco, criação de gado e outros animais), que tanto eram usados no consumo da população quanto remetidos à exportação. A base da exploração, como exposto na epígrafe deste item, de autoria de Carpentier, foi o trabalho dos ‘negros’, entre os quais

15 O rio Paraíba fora batizado de São Domingos, em 1506, quando uma armada portuguesa passou pela costa, na qual se formou a Paraíba. Cf. PINTO, Irineu. **Datas e notas para a história da Paraíba** – Vol. 1. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977 [1908], p. 10 e MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977. (Edição fac-similar de 1912).

16 O rio nasce no atual município de Monteiro, localizado numa região de escassas precipitações pluviométricas. Já no baixo Paraíba, ou seja, na faixa mais úmida do litoral, formaram-se os engenhos de açúcar da Paraíba. No fim do Seiscentos, estavam edificadas ali cerca de quarenta engenhos/fábricas, conforme assinalou ANDRADE, Gilberto O. de. **O rio Paraíba do Norte**. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/SEC, 1997 (Edição Fac-similar de 1957), p. 23-25 e 43.

17 *Ibidem*, p. 25-33.

18 DUSSEN, Adriaen van der, *op. cit.*, p. 109.

estavam, “em primeiro lugar, os índios aprisionados pelos tapuias e vendidos aos portugueses”; em seguida, os que foram “aprisi-
nados na Baía da Traição [que,] por terem se aliado ao General Boudewijn Hendricksz, foram **escravizados**”¹⁹, mas os holan-
deses “os declaravam livres por público pregão”. Ainda entre os
cativos, encontravam-se os “tapuias do Maranhão, aprisionados
ali em guerra e pelos portugueses vendidos e mandados para cá”
[Paraíba] e os “negros de África, especialmente de **Angola**; essa
gente faz todo o serviço da terra [...] sempre mantidos com muito
açóites. Os de **Guiné** são muitos bons, mas não tão fortes [...]”;
e “os de **Cabo Verde**” que “são os melhores e os mais robustos de
todos e são os que custam mais caro aqui”²⁰. Dussen²¹ também
avançou na identificação e na qualificação dos que foram trazi-
dos da Costa d’África, os **ardra**, ditos como “obstinados, maus
e preguiçoso”;²² os **calabares**, que, segundo sua avaliação, não
tinham “nem interesse, nem coragem e nem trabalho”. Porém,
os “melhores” e laboriosos eram os escravizados vindos da Guiné
e de Cabo Verde. Quanto às mulheres africanas, na perspectiva
desse governador, eram compradas para “trabalhar em suas casas”,
ou seja, eram cativas no espaço doméstico.

Enfim, como muitos outros colonizadores que escreveram
sobre o Brasil Colonial, Adriaen van der Dussen salientou que
“os que pretenderem fixar-se no país devem trazer alguns bens,
**e para serem bem sucedidos, devem comprar alguns negros,
porque, sem negros, não se pode cultivar ali nada**”²³.

Ao organizar a publicação do relatório de Dussen, José An-
tônio Gonsalves de Mello²⁴ sintetizou as informações de Dussen
sobre o trabalho nas plantações de açúcar destacando que, tanto

19 O termo escravizado consta no texto publicado por Manuel Batista de Medeiros (**Capitania holandesa...**, *op. cit.*). Todos os grifos desse parágrafo são nossos.

20 DUSSEN, Adriaen van der, *op. cit.*, p. 92.

21 *Ibidem*.

22 Ainda sobre os ardras, Dussen também mencionou as formas de resistência à sua escraviza-
ção sobre as quais afirmou: “eles revoltam-se contra os que os dirigem e muitos fogem para
as matas e fazem muitas maldades; são audaciosos e valorosos, não respeitam ninguém”.
Ibidem, p. 92.

23 *Ibidem*, p. 85. Grifos nossos.

24 GONSALVES DE MELLO, José Antônio. **Revista do Instituto do Açúcar e do Alcool**,
Rio de Janeiro, 1947, p. 21.

os senhores de engenho quanto os lavradores, contavam com trabalhadores escravizados, ferramentas e meios de transporte. Os cativos eram, enfim, os responsáveis pelas variadas tarefas na produção do açúcar. Assim, o “fornecedor devia possuir escravos para a limpa, trato e corte dos canaviais”, que usavam carros e bois para conduzir a cana até as instalações dos engenhos, onde estavam os maquinários que produziam o produto final. No cotidiano do labor, podiam contar com “ferramentas necessárias ao trabalho agrícola: enxadas, foices e machados; [e] as caixas para acondicionar a sua porção de açúcar”. Depois de todas essas etapas, o produto valioso - o açúcar - era transportado para os portos de Pernambuco. Como se percebe pelo discurso citado, lusos e holandeses estavam em consonância ao considerar fundamentais a escravização e a exploração tanto dos povos indígenas quanto os da Costa da África atlântica.

No que diz respeito à economia da Paraíba Colonial, vale reportar-se a um relato escrito por um importante senhor de engenho da cidade da Paraíba, Ambrósio Fernandes Brandão, de 1618. Trata-se de uma obra que se tornou fonte riquíssima para se compreender as primeiras décadas da colonização da Paraíba: os *Diálogos das Grandezas do Brasil*²⁵. Ambrósio Brandão conseguiu construir redes comerciais com Pernambuco e na Bahia e com um consórcio de cristãos-novos que negociavam na Ásia, chamado de “Consórcio Brandão”. Ambrósio era um “genuíno representante do capitalismo comercial: como um mercador-empresário em busca de investimentos geradores de negócios”²⁶. Ao vivenciar os anos iniciais do Século XVII, quando a colonização portuguesa dava seus primeiros passos, afirmou:

São tão grandes as riquezas desse Novo Mundo e

25 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977 [1618].

26 ALENCASTRO, Luís Felipe, *op. cit.*, p. 102. Horácio de Almeida (*op. cit.*, p. 184) afirmou que Ambrósio Fernandes Brandão vivia em Pernambuco quando houve a conquista da Paraíba, acompanhando a expedição organizada por Martim Leitão. Por volta de 1607, depois de um tempo em Portugal, retornou ao Brasil para viver na Paraíba. Em 1613, possuía dois engenhos nessa capitania e organizava-se para montar o terceiro.

da mesma maneira sua fertilidade e abundância, que não sei por qual das cousas comece primeiramente [...]. Pelo que, começando, digo que as riquezas do Brasil consistem em seis cousas, com as quais seus povoadores se fazem ricos, que são essas: a primeira lavoura do açúcar, a segunda a mercancia, a terceira o pau a que chamam do Brasil, a quarta, os algodões e as madeiras, a quinta, a lavoura de mantimentos, e a sexta e última, a criação de gados. De todas essas cousas o principal nervo e substância da riqueza da terra é a lavoura dos açúcares²⁷.

Essa organização econômica orientou o esforço dos primeiros colonizadores portugueses. A Paraíba era um ponto importante para esse projeto. Estrategicamente, a conquista do rio Paraíba levaria a uma maior proteção em relação aos ataques indígenas e serviria como importante espaço para a produção do açúcar, devido às suas terras férteis.

Dentre as condições que possibilitaram o contexto favorável à produção canavieira, nas primeiras décadas do Século XVII, encontrava-se a relativa paz estabelecida com os potiguaras, a partir de 1599, o aumento dos preços e a expansão do mercado do açúcar, conforme salientou Regina Célia Gonçalves:

Assim, não só a conquista da Paraíba, mas também o início da instalação da agromanufatura açucareira em seu território ocorreram justamente nesse período em que cresciam as condições favoráveis para o incremento da produtividade açucareira nas Capitanias do Norte. Tais fatores eram a disponibilidade de capital, a expansão das terras cultivadas, o aperfeiçoamento da capacidade administrativa, uma produtividade maior

27 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *op. cit.*, p. 115.

de força-de-trabalho e, desde o início do Século 17, a introdução de melhoramentos técnicos, que também aumentaram a produção global²⁸.

Essas condições favoráveis ao desenvolvimento produtivo do açúcar, nas terras da capitania da Paraíba, nesse período, são expressas, por exemplo, no número de engenhos da região na virada do Século XVI para o XVII. Dois anos depois da conquista da Paraíba, em 1587, em seu território, havia dois engenhos funcionando. Em 1601, quando a capitania já contava com quinze anos de presença efetiva dos portugueses, havia cerca de quatorze ou quinze engenhos. Em 1630, havia 18 ou 19 engenhos Gonçalves²⁹. Para Ambrósio Fernandes Brandão, “a Paraíba, por fértilíssima e lavrar muitos açúcares nos engenhos, em que se fazem, que no seu distrito estão situados não poucos em número, ocupa o terceiro lugar em grandeza e riqueza das demais capitanias desse Estado”³⁰.

A interessante posição da capitania da Paraíba, no cenário econômico da colônia, logo despertou interesses de outras nações. Devido a várias questões de âmbito político e econômico, o início do Século XVII foi marcado pela intensificação das disputas por mercados tanto na Ásia, quanto na América. Os holandeses despontaram, nesse contexto, como os principais rivais do Império Ibérico³¹. E como Pernambuco era uma das capitanias mais bem sucedidas da América, logo foi alvo das investidas militares holandesas. A Paraíba, por sua vez, ao ser uma extensão das atividades produtivas de Pernambuco e em pleno desenvolvimento econômico, também foi atacada pelos batavos, cedeu ao seu domínio em 1634 e permaneceu assim até 1654.

Toda a produção açucareira desenvolvida nos anos iniciais da

28 GONÇAVES, Regina Célia, **Guerras...**, *op. cit.*, p. 183.

29 *Ibidem*, p. 186.

30 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *op. cit.*, p. 43.

31 Vale lembrar que, de 1580 a 1640, Portugal esteve submetido à Coroa Espanhola, devido a problemas de sucessão do trono. Essa situação se estendeu até 1640. Os conflitos entre espanhóis e holandeses foram uma dos principais motivos que levaram a Holanda a invadir algumas capitanias no Brasil.

ocupação e colonização da América portuguesa e, em especial, da Paraíba, não seria possível sem a força de trabalho indígena e africana. Até a década de 1530, os europeus estavam presentes em apenas alguns pontos do litoral do Brasil extraindo madeiras. Essa atividade era feita por intermédio do escambo e em relações menos conflituosas com os nativos. Com o desenvolvimento do sistema de *plantation*, impôs-se a exploração do trabalho compulsório de indígenas e de africanos. De acordo com o personagem Brandônio, criado por Ambrósio Fernandes Brandão, em seus *Diálogos das grandezas do Brasil*, para um engenho que produzisse muito açúcar, seriam necessárias “50 peças de escravos de serviço, bons”³², que, segundo ele próprio, era constituídas pelos elementos oriundos dos povos nativos da América e por africanos e seus descendentes.

Esse quadro geral seria permanente nos séculos subsequentes. Porém, apesar de todas essas características geográficas favoráveis ao desenvolvimento da agricultura de exportação e da boa qualidade do açúcar produzido na várzea do rio Paraíba, os colonizadores lusos findaram o Século XVIII com um quadro econômico deficiente, depois de mais de quarenta anos de anexação a Pernambuco, entre 1755 e 1799, com a necessidade de fazer reformas para estimular o crescimento econômico. Um dos seus últimos governadores, o representante da Coroa portuguesa, Fernando Delgado Freire de Castilho, chamava à atenção para problemas de toda ordem na esfera econômica, que iam desde a administração das rendas da Coroa e dos engenhos até a falta de infraestrutura e de recursos humanos para viabilizar o seu funcionamento com significativa lucratividade. Em suas palavras,

os *negociantes* por quem corre o trato da capitania são poucos e *pobres*, meros feitores de Pernambuco; e a *agricultura* se acha no maior atrasamento e desalento que pode imaginar-se; os *engenhos* estão desfabricados da sua força

32 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *op. cit.*, p. 129.

principal, que são os *escravos*, e esses mesmos faltam a cultura do *algodão* e dos *viveres*, de que se poderia fazer um *comércio* vantajoso a essa capitania³³.

Por outro lado, o mesmo dirigente acreditava que algumas medidas deveriam ser tomadas para fomentar a agricultura e o comércio da capitania. Ele julgava que, só assim, haveria o florescimento agrícola e recomendou, para se superar a dependência da capitania da Paraíba, que “negociantes ricos” deveriam instalar-se na capitania e emprestar dinheiro aos donos de engenhos com prazos mais longos, além de fornecer equipamentos agrícolas³⁴.

Uma década depois, porém, no início do Século XIX, o viajante Henry Koster, em sua passagem pela capitania, registrou a continuidade da dependência comercial dos moradores da Paraíba a Recife. Segundo ele, os “habitantes do sertão, do interior [Paraíba], vão mais ao Recife por esse apresentar pronto mercado aos seus produtos”, e o porto de Recife recebia “navios maiores, [por isso] obt[inha] a preferência”³⁵. Os próprios trabalhadores da África continuavam a chegar ali, e aqueles senhores que dispunham de recursos financeiros compravam escravizados e deslocavam-nos para que trabalhassem na Paraíba, que permanecia, durante os Séculos XVIII e XIX, com sua economia baseada na atividade agrícola da cana-de-açúcar e dependente da praça de Recife.

Nesse quadro de dependência a Recife e de primazia da

33 Narração do estado em que se achava a capitania da Paraíba, em 09 de janeiro de 1799, por Fernando Delgado Freire de Castilho *apud* PINTO, Irineu, *op. cit.*, p. 205-213 (grifos nossos). No governo de Freire de Castilho, a Paraíba desanexou-se da capitania da Pernambuco. A separação foi oficializada pela Carta Régia de 17 de janeiro de 1799 (*Ibidem*, p. 207).

34 Vale consultar também o capítulo IV (Abandono) de ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3. ed. João Pessoa: A União, 1980. p. 229-277, cuja primeira edição é datada de 1923. Nessa obra, José Américo de Almeida salienta, com base em documentos oficiais, o descaso das autoridades coloniais e imperiais em relação à Paraíba. Segundo o autor, a “história política-administrativa da Paraíba, nas suas relações com os poderes centrais, desde os tempos da conquista até 1919, é um documento de preterições e de abandono”. A respeito do período monárquico, o regime “não favorecia a Paraíba. Os presidentes não permaneciam em seus cargos”.

35 KOSTER, Henry. **Viagem pelo Nordeste**. Tradução e notas de Luís da Câmara Cascudo. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1942 [1816], p. 72.

produção voltada, primordialmente, para a exportação, só na metade do Século XVII, com a expulsão dos holandeses, foi que a economia da Paraíba encontrou mais condições para se diversificar, por meio do processo de interiorização da conquista da capitania da Paraíba, que se intensificou a partir da década de 1670. Além de buscarem mais indígenas para escravizar, os portugueses procuravam ampliar suas terras e, com isso, puderam encontrar alternativas para resolver a crise que se abatera na economia canavieira após 1654. Com a interiorização da ocupação, novas atividades econômicas foram incorporadas à capitania da Paraíba de forma mais efetiva, como a pecuária e a produção algodoeira. Em todas essas atividades, a exploração do trabalho indígena e africano foi a base fundamental da economia da capitania.

Embora outras atividades produtivas desenvolvidas nesse período também contassem com o trabalho de africanos e indígenas escravizados, além de pessoas livres, para fins deste texto, a seguir, vamos continuar a focar nossa análise na produção canavieira, por ter sido a mais representativa da Paraíba nos primeiros anos da colonização.

Os indígenas como mão de obra dos colonizadores

Os povos indígenas que viviam no litoral foram os primeiros a entrar em contato com os europeus que, no primeiro momento, geraram trocas econômicas, no início do processo de colonização (1530) marca o início de inúmeras guerras e, em muitos casos, resultou na escravização de variados grupos nativos. Os conflitos bélicos perduraram até o Século XVIII, quando estes se tornaram cada vez mais violentos.

No início da conquista da Paraíba, o maior enfrentamento que os portugueses encontraram na expansão colonizadora foi com os potiguaras. Esse povo indígena era tupi e habitava o litoral não só da Paraíba, mas também do Rio Grande do Norte e do Ceará. Os potiguaras, ao que se indica, estavam há pouco tempo nessas terras, quando os portugueses chegaram. Desde os primeiros contatos com os europeus, esses indígenas estabeleceram boas relações com os franceses, com quem se mantiveram

aliados durante os primeiros anos da conquista e da colonização da Paraíba.

Os tabajaras, também povo tupi, formam o outro grupo de indígenas que protagonizaram o cenário da conquista da capitania da Paraíba. Antigos inimigos dos potiguaras, eles haviam sido expulsos de suas terras, nas proximidades do rio Goiana, antiga capitania de Itamaracá. Porém, apesar de inimigos, os tabajaras retornaram à região para apoiar os potiguaras na guerra contra os portugueses. A dita aliança tupi não durou muito tempo, e tabajaras e portugueses estabeleceram acordo em agosto de 1585, que constituiu a data simbólica do início da formação da capitania da Paraíba.

Os povos potiguaras, os tabajaras, os portugueses, os franceses e, depois, os africanos e os holandeses foram os principais agentes envolvidos no processo de conquista e colonização da Paraíba. Os portugueses, com seu projeto de expansão da produção de cana-de-açúcar, enfrentou a resistência dos potiguaras, que contavam com o apoio dos franceses. Além de afastar a ameaça de perder os territórios para outros povos europeus e os potiguaras, os portugueses desejavam ampliar o espaço de atividades produtivas e conquistar mais força de trabalho.

Nos Séculos XVI e XVII, foram frequentes os debates e as ações, com posições favoráveis e contrárias, sobre a escravização indígena. As leis portuguesas desse período permitiam, basicamente, três formas de obtenção do trabalho escravo indígena: resgates, cativos e descimentos. A primeira forma consistia na “troca de mercadorias por índios prisioneiros de outros índios”. A segunda era causada pelas chamadas “guerras justas”, que eram momentos específicos contra alguns povos indígenas. Por fim, os descimentos eram “deslocamentos forçados dos índios para as proximidades dos enclaves europeus”. Esse último tipo era, talvez, o mais violento, por proporcionar uma morte mais lenta³⁶.

A primeira forma de escravização indígena citada, por intermédio da troca com os próprios índios, não era tão comum. Isso

36 ALENCASTRO, Luis Felipe, *op. cit.*, p. 117.

porque a prática da escravidão entre os nativos da América era rejeitada por eles. Não havia um mercado constituído, como ocorrera na África. A resistência dos indígenas em relação à expansão portuguesa foi utilizada várias vezes como argumento de uma “guerra justa”, através da qual os europeus se viam ameaçados em relação aos índios e, por isso, atacavam, tornando-os cativos em seguida. Sem dúvida, o que estava por trás do discurso de “justiça” de uma guerra e aprisionamento de pessoas eram interesses econômicos. Essa foi a justificativa para os aprisionamentos das guerras de conquistas no final dos Séculos XVI e XVII.

Os descimentos foram, talvez, as práticas mais comuns nesse período, que disponibilizavam para os europeus uma grande quantidade de mão-de-obra, além de permitir à Igreja Católica um grande trabalho de catequização. Na Paraíba,

os descimentos dos Potiguara constituem o elemento que explica o fato de que, em 1601, uma autoridade não identificada, [...], registrasse a existência de 14.000 índios aldeados nas circunvizinhanças da Filipéia e que, dois anos mais tarde, 1603, Frei Vicente do Salvador mencionasse a cifra de 45.000 almas prontas a serem catequizadas³⁷.

Quando as “almas” eram catequizadas, ficavam nas aldeias. O interesse dos religiosos no trabalho indígena era constante, o que os levou a muitos conflitos com as autoridades régias. A capitania da Paraíba contou, nos primeiros momentos da conquista, com a presença de jesuítas (1585) e franciscanos (1589), seguidos depois por beneditinos (1599) e carmelitas (1600). Com apenas oito anos em que os portugueses estavam estabelecidos na capitania, os jesuítas e os franciscanos já disputavam entre si a catequese dos indígenas e foram os primeiros expulsos da Paraíba em 1593. Os padres franciscanos, porém, em 1596, entraram em conflito

37 GONÇALVES, Regina Célia, **Guerras...**, *op. cit.*, p. 136.

novamente, dessa vez, com o então governador Feliciano Coelho de Carvalho pelo poder sobre os índios³⁸.

Com os descimentos, os indígenas ficavam organizados em aldeias. Em 1612, havia, na Paraíba, cerca de oito aldeias indígenas nas redondezas da capital³⁹. O objetivo do aldeamento era de tornar os nativos fixos na terra e criar uma cultura de trabalho que não era comum a eles. Além do mais, iniciava-se, nas aldeias, um processo de imposição religiosa via catequização. Assim, as estratégias da formação de aldeias eram fundamentais para o processo de colonização, principalmente no período de interiorização da conquista, e se manteve até o Século XIX⁴⁰. Uma das aldeias mais importantes nesse período, fundada em 1614, foi a de Jacoca. A prática do aldeamento foi responsável por permitir boa parte da mão de obra para os engenhos. Acerca dessa relação, em documento elaborado por volta do ano de 1601, afirmava-se o seguinte sobre a cidade de Filipéia (atual cidade de João Pessoa), principal área habitada por europeus da Paraíba e onde se estabeleceram os órgãos administrativos coloniais:

Tem ali cem visinhos Portugezes e dois mosteiros, um de S. Bento e outro de Franciscanos e em seu districto habitam mais de oitocentos Portuguezes em que haverão quatorze ou quinze engenhos de assucar e grandes roçarias de mantimentos, tem em redor de quatorze mil *Pitagaras*, é gentio da terra e outras nações que aqui habitão repartidos por suas Aldeias que estão a cargo dos frades menores de S. Francisco⁴¹.

38 Essas informações estão presentes em PINTO, Irineu, *op. cit.*, p. 26 e 28 e ALMEIDA, Horácio, *op. cit.*, p. 112-112; 118-119 e 144-145.

39 GONÇALVES, Regina Célia, **Guerras...**, *op. cit.*, p. 136.

40 MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista no Período Pombalino e seus reflexos nas Capitanias do Norte da América Portuguesa. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MEDEIROS, Ricardo Pinto de (Orgs). **Novos olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil**. João Pessoa: Universitária/UEPB, 2007.

41 PINTO, Irineu, *op. cit.*, p. 33.

As informações sobre a quantidade de índios potiguaras e de aldeias logo após a descrição sobre os engenhos talvez não tenha sido aleatória. As duas questões se complementavam. O tratamento despendido pelos portugueses aos índios aldeados não era dos melhores. Em 1634, quando os holandeses, após várias investidas, conseguiram estabelecer o domínio efetivo da Paraíba, muitos indígenas os apoiaram. No ano seguinte à invasão holandesa, Servais Carpentier tornou-se o primeiro governador dessa nova fase da história da capitania. Em relatório feito por esse governador, consta a informação de que os índios encontravam-se “muito irritados” com os portugueses e não os queriam mais como capitães de suas aldeias⁴².

Os holandeses já haviam estabelecido contatos com os potiguaras em 1625, quando eles se retiraram da capitania da Bahia e fizeram escala em outra Baía, a Baía da Traição, na Paraíba. Os indígenas da região prestaram apoio necessário a esses europeus inimigos de seus inimigos - os portugueses. Em represália a tal ajuda, os portugueses prepararam um dos maiores massacres do período inicial da colonização na Paraíba, matando muitos índios potiguaras e aprisionando outros tantos. O acordo de paz, estabelecido em 1599, estava sendo constantemente desrespeitado com os descimentos, e os potiguaras continuavam insatisfeitos com os portugueses. Com o retorno dos batavos, em 1634, os potiguaras se posicionaram a seu favor⁴³.

A vitória holandesa e seu domínio sobre a Paraíba não melhoraram a vida dos indígenas, que continuaram sendo utilizados como mão de obra a serviço dos conquistadores. Elias Herckmans, governador que assumiu o posto um ano depois de Carpentier, ao fazer seu relatório sobre a capitania da Paraíba, descreveu a criação de novas aldeias, como a de Maurícia, e a permanência das

42 CARPENTIER, Servaes, *op. cit.*

43 Sobre o ataque à Baía da Traição em 1625, ver Gonçalves, Regina Célia. **Guerras...**, *op. cit.*, p. 84-85. As alianças estabelecidas entre os povos tupis (potiguaras e tabajaras) com os holandeses e os portugueses são discutidas em GONÇALVES, Regina Célia, CARDOSO, Halisson Seabra e PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. Povos indígenas no período de dominação holandês: uma análise dos documentos Tupi (1630-1656). In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti; GONÇALVES, Regina Célia (Orgs.). **Ensaio sobre a América Portuguesa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009, p. 39-51.

que já existiam. A única diferença era a liderança, que estava sob a responsabilidade neerlandesa. Segundo Herckmans, “cada aldeia tem o seu capitão, que é neerlandês ou alguma pessoa escolhida dentre os nossos aliados, a fim de mandar sobre ele e vigiar que sejam os índios mantidos em disciplina, instruídos no verdadeiro culto”⁴⁴.

Tendo em vista que, nas aldeias, os portugueses estabeleciam também a disciplina que julgavam correta e o culto cristão, talvez, para os indígenas, a mudança de povos europeus no comando das aldeias não alterou diretamente suas vidas. Além do mais, como veremos com mais vagar adiante, Carpentier constatou, em seu relatório, a presença de indígenas sendo escravizados, uma prática de exploração do trabalho que também continuou sob o domínio holandês.

Nesse período, iniciou-se o processo de contatos mais constantes com os povos indígenas do interior - os tapuias. No mesmo relato de Herckmans, o governador destacou grande espaço para a descrição desses povos que, até então, haviam estabelecido contatos pontuais com os europeus, mas sofreram a invasão de suas terras, principalmente depois que os holandeses foram expulsos da Paraíba e deu-se o início da interiorização da conquista na segunda metade do Século XVII. A partir daí, as notícias mais frequentes sobre a população indígena vinham do interior, com os vários conflitos, como a “Guerra dos Bárbaros” e a formação de aldeias como as de Piancó, Piranhas e Pilar.

Com a expulsão holandesa, na década de 1650, a Paraíba entrou em um período de crise econômica que se estendeu por muito tempo, conforme será analisado mais adiante. É necessário dizer, nesse momento, que os proprietários de engenhos na capitania começaram a reclamar das dificuldades financeiras para comprar escravizados africanos, reivindicando a utilização do trabalho indígena. Se, em outras partes do Brasil, a transição para o trabalho de negros se deu desde o início do Século XVII, na Paraíba, até o final desse século, requisitava-se o trabalho compulsório dos índios.

44 HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da Capitania da Paraíba**. Tradução José Hygino Duarte Pereira. João Pessoa: Editora A União, 1982 [1639], p. 24.wd

Apesar das tentativas permanentes dos portugueses de cativarem os índios, muitos fatores tornaram esse esforço malogrado. Além dos já citados conflitos com as ordens religiosas, a Coroa publicou várias leis proibindo essa prática. Essas não foram as únicas razões para não se utilizarem sistematicamente os índios como escravos. As resistências à adaptação desses povos ao novo regime de trabalho, aliadas às várias doenças que não tinham imunidade e às guerras tornaram os números de indígenas cada vez menores no decorrer do tempo. Some-se a isso o fato de o mercado estabelecido entre a África e o Brasil ser muito lucrativo, razão por que era mais interessante investir na escravidão negra e incentivá-la. Os africanos e seus descendentes, aos poucos, foram sendo mais utilizados como trabalhadores nas atividades produtivas, mas esse processo não se deu repentinamente.

O trabalho da gente africana e de seus descendentes

No processo de conquista da capitania da Paraíba, entre as décadas de 1570 e 1580, os africanos estiverem presentes nas expedições. Irineu Pinto, em sua já citada obra, *Datas e notas para a História da Paraíba*, afirmou que a expedição organizada em 1584 e liderada por Frutuoso Barbosa contou com a participação de “cento e tantos africanos”. Essa expedição não obteve sucesso e, no ano seguinte, sob a organização do ouvidor Martim Leitão, uma nova expedição seguiu em direção à Paraíba, com o objetivo de efetivar a conquista de seu território. Essa nova investida dos portugueses contou com a participação de 200 homens a cavalo e 300, a pé, sem levar em consideração os indígenas e os africanos⁴⁵.

Horácio de Almeida, na década de 1960, por sua vez, ao narrar a terceira expedição de conquista da Paraíba na década de 1580, citou um ataque feito pelos indígenas a um acampamento dos europeus no qual que morreram “mais de 50 homens brancos, 400 índios domésticos e 100 escravos da Guiné”⁴⁶. Após demarcar a presença africana no processo de conquista da Paraíba, nosso interesse aqui é também discutir a atuação desse grupo social nas

45 PINTO, Irineu, *op. cit.*, p. 17 e 19.

46 ALMEIDA, Horácio, *op. cit.*, p. 71.

relações social de produção, baseadas no escravismo, como dito anteriormente. Para tanto, destacamos dados populacionais da Paraíba escravista que nos mostram a gente africana e seus descendentes (os ditos na época como “pretos” e “pardos”), conforme consta no quadro 1, elaborado com as informações estatísticas mais antigas disponíveis nos estudos sobre a população negra do território em análise. Em tais dados, a população negra escravizada se comparada com outras regiões centrais do Brasil, a Paraíba não tinha altos índices de cativos. A partir de dados censitários do Arquivo Histórico Ultramarino e de outros estudos e fontes, Maria do Céu Medeiros elaborou o quadro abaixo:

Quadro 1: População escrava da Paraíba (1798 a 1851)

Anos	População livre	População escrava	Total
1798	30.989 = 77,70%	8.897 = 22,3%	39.894
1802	40.168 = 79,00%	10.667 = 21,00%	50.835
1805	39.279 = 79,58%	10.077 = 20,42%	49.358
1811	104.774 = 85,60%	17.633 = 14,40%	122.407
1820	79.725 = 82,66%	16.723 = 17,34%	96.448
1823	102.407 = 83,66%	20.000 = 16,33%	122.407
1850	178.479 = 86,25%	28.473 = 13,75%	206.952
1851	183.920 = 86,56%	28.546 = 13,43%	212.466

Fonte: MEDEIROS, Maria do Céu. O trabalho..., *op. cit.*, p. 55.

Os números apresentados anteriormente mostram que a Paraíba não conseguia apresentar uma população escravizada muito maior do que 20% de sua população total. Vários motivos explicam tal constatação. Algumas das razões para essa porcentagem relativamente baixa foram as frequentes epidemias, as pestes e as secas que ocorreram na Paraíba. Irineu Pinto, por exemplo, citou a ocorrência de uma peste de bexigas que teria matado mais de

1.100 escravos negros⁴⁷. Em cada fenômeno como esse, a quantidade de cativos diminuía significativamente.

Outro fator para os baixos números de escravos diz respeito também às condições econômicas da Paraíba. Se a capitania da Paraíba apresentava altos índices da produção de açúcar, nas primeiras décadas da colonização, depois da retirada dos holandeses (1654), esse quadro se alterou bruscamente. Para Elza Régis de Oliveira, a segunda metade do Século XVII apresentou quedas no preço do açúcar; as Antilhas tornaram-se grandes concorrentes nessa produção; várias condições climáticas, como secas e enchentes, prejudicaram ainda mais a produção e a guerra de expulsão holandesa levou à queima de vários engenhos. Se na Paraíba, até a saída dos holandeses, havia vinte engenhos em funcionamento, esse número caiu para nove em 1663⁴⁸.

Em 1671, alguns lavradores e senhores de engenho da Paraíba enviaram uma carta à Câmara da capital em que se queixavam de vários problemas econômicos, entre eles, a necessidade de se comercializar com Pernambuco e a falta de escravos da Guiné⁴⁹. Essa “falta de escravos”, que passaria a fazer parte dos discursos dos proprietários da Paraíba e das autoridades locais, estender-se-ia até o Século XIX e seria vinculada às dificuldades econômicas da capitania depois da década de 1650⁵⁰.

Quatro anos depois, em 1675, os moradores da cidade da Paraíba fizeram uma representação ao Conselho Ultramarino afirmando que faltavam escravos de Angola e que, em consequência disso, pediam para que os indígenas se mantivessem em suas

47 PINTO, Irineu, *op. cit.*, p. 58.

48 OLIVEIRA, Elza Régis de. **A Paraíba na crise do Século XVIII**: subordinação e autonomia (1755-1799). João Pessoa: 2.ed., Universitária/UFPB, 2007, p. 83.

49 A.H.U., 014, D. 079, 1671. (As iniciais “A.H.U.” referem-se ao *Arquivo Histórico Ultramarino* de Lisboa. Documentos de seu acervo passaram a ser divulgados em CD-ROM, após o desenvolvimento do Projeto Resgate, ligado ao Ministério da Cultura (MinC) e iniciado em 1996, no contexto das comemorações dos 500 anos de Brasil.)

50 Mozart Vergetti de Menezes apresenta uma discussão sobre a importação de africanos para a Paraíba entre a expulsão dos holandeses e a anexação em 1755. Em seu estudo, o autor demonstra as várias dificuldades encontradas pelos senhores de engenho para se inserir no mercado de escravos. Cf. MENEZES, Mozart Vergetti. Negros e indígenas na economia da Paraíba (1654-1755). In: ROCHA, Solange P.; FONSECA, Ivonildes da Silva (Orgs). **População negra na Paraíba**: Educação, História e Política – Vol. 1. Campina Grande: EDUFPG, 2010, p. 41-54.

aldeias para serem utilizados como mão de obra⁵¹. Assim, na Paraíba, no final do Século XVII, os senhores de engenho utilizaram como estratégia para formar e manter suas riquezas a exploração compulsória da força de trabalho de indígenas em suas propriedades.⁵²

A utilização da população indígena como força de trabalho escrava vinha entrando em declínio desde o final do Século XVI. Como já discutimos, vários fatores levaram os colonizadores a buscarem uma alternativa para o trabalho indígena, encontrada na importação de pessoas escravizadas vindas da África. Essa prática permaneceu até 1850. Mas, quando foi que essas pessoas começaram a entrar na Paraíba?

Para Adhemar Vidal, as notícias mais frequentes de africanos na Paraíba se deram no período holandês, embora não afirme ao certo quando chegou a primeira leva de escravos negros na capitania⁵³. Horácio de Almeida, por sua vez, afirmou que, até os primeiros anos do Século XVII, “a importação africana não havia ainda dominado o mercado da Paraíba. Só mais tarde foi esse recurso utilizado para maior rendimento da economia agrícola”⁵⁴. Isso quer dizer que, no processo de transição da exploração sistemática da força de trabalho escravizada indígena para africana, a Paraíba ainda estava em processo de consolidação econômica e, provavelmente, ainda utilizava muitos índios aprisionados nos trabalhos do engenho. Porém, isso não implica dizer que não havia negros até o período holandês na Paraíba. No já citado relatório feito por Carpentier sobre a Paraíba, ele afirmou que “os habitantes da capitania são livre ou escravos. Os livres são

51 A.H.U., 014, D. 095, 1675.

52 Para Rocha (2009), outra estratégia da classe senhorial da Paraíba utilizada para enfrentar a falta da gente africana na economia escravista foi a de investir na reprodução natural de escravizados para assim manter a exploração escravista no decorrer do Século XIX. Essa é uma hipótese que, sem dúvida, merece mais pesquisas, assim teríamos melhor compreensão sobre a presença de “pardos” como a maioria de trabalhadores escravizados na Paraíba Imperial. Para mais informações consultar especialmente o capítulo 2 de ROCHA, Solange P. **Gente negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: Unesp, 2009.

53 VIDAL, Ademar. Três séculos de escravidão na Parahyba. **Estudos Afro-brasileiros**. Recife: Massangana, p. 105-152, 1988. (Edição fac-similar de 1934).

54 ALMEIDA, Horácio, *op. cit.*, p. 147.

Portuguezes, Neerlandezes e outros povos europeus ou índios; os escravos são ou índios ou negros trazidos de Angola ou Cabo Verde”⁵⁵. Quanto à composição dos escravos da Paraíba, relatou que existiam três tipos de escravos: os índios aprisionados e vendidos, os tapuias do Maranhão e os negros, que compunham a maior parte do grupo de escravos. Em relação à população negra escravizada, continuou:

Essa gente faz todo o serviço da lavoura trabalhando dia e noite, sempre mantidos com muitos açoites. Os portuguezes têm um rifão que diz: “quem quizer tirar proveito dos seus negros, ha de mantel-os, fazel-os trabalhar bem e surral-os melhor; sem isso não se consegue serviço nem vantagem alguma”. Os negros de Guiné são excellentes, mas não tão fortes, de sorte que a maior parte são utilizados nos serviços domesticos para copeiros, etc; os do Cabo Verde são os melhores e os mais robustos de todos e são os que custam mais caro aqui⁵⁶.

O relato deixado pelo primeiro governador holandês na Paraíba aponta para uma predominância do trabalho africano nas lavouras em 1635. Apesar de Elias Herckmans não ter se dedicado muito a descrever as atividades dos escravos em seu relatório sobre a capitania da Paraíba sob sua governança, tal qual o fez seu antecessor, afirmou, em 1639: “O milho era produzido aí em quantidade e serve para alimentar os escravos negros”⁵⁷.

Ressaltamos, contudo, que os africanos já estavam nas lavouras canavieiras da Paraíba desde a primeira década do Século XVII. Regina Célia Gonçalves afirmou que, no decorrer da década de 1610, novos sujeitos passaram a interferir na dinâmica social da colonização da capitania da Paraíba. Eram eles “os negros

55 CARPENTIER, Servaes, *op. cit.*, p. 119.

56 Ibidem.

57 HERCKMANS, Elias, *op. cit.*, p. 34.

da Guiné, também em luta contra os senhores de engenho por sua liberdade, e os Tapuia, que, ocasionalmente, desciam para o litoral”⁵⁸. Entretanto, os índios potiguaras continuaram sendo os protagonistas dos conflitos pelo domínio das terras. A autora também nos apresentou o caso de Francisco Gomes Munis que, em 1622, solicitara ao Rei de Portugal a nomeação para ser provedor da Fazenda Real da Paraíba. Nos anexos de seu processo, ele sustentava que, desde 1615, vinha prestando serviços como capitão de campo contra negros da Guiné que andavam fugidos e ladrões⁵⁹.

A fuga era a estratégia mais direta e violenta para resistir ao cativeiro. Na vivência cotidiana, escravos buscaram várias “brechas” na sociedade escravocrata para manter sua autonomia. Contudo, nem sempre, isso era possível. Sublinhamos que essa sociedade colonial e escravocrata era marcada pelo traço da violência. Como afirmou o governador holandês, Carpentier, os negros eram mantidos com açoites. E, como pensavam comumente os portugueses, “quem quiser tirar proveito dos seus negros, ha de mantel-os, fazel-os trabalhar bem e surreal-os melhor; sem isso não se consegue serviço nem vantagem alguma”⁶⁰.

Assim, quando se esgotavam os espaços de negociação, os escravos recorriam também a práticas violentas. Para se ter uma ideia de o quanto a sociedade escravocrata brasileira se construiu na violência, temos o caso ocorrido em 1698. Em 7 de fevereiro desse ano, o Rei de Portugal enviou carta régia para os proprietários da Paraíba, em que informava:

Nessa capitania, continuam os Senhores que tem escravos para os castigarem mais rigorosamente prendelos por algumas parte do corpo com argolas de ferro pera que assim fiquem mais seguros pera sofrerem crueldade do castigo que lhe quiserem dar e porque esse procedimento

58 GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras...*, *op. cit.*, p. 137.

59 *Ibidem*, p. 140.

60 CARPENTIER, Servaes, *op. cit.*, p. 119.

he inhumano e offende a natureza e as leis vos ordeno que com prudência e cautela procureis averiguar o que ha nessa materia exatamente e que achando que assim he lhe o façaes evitar pelos meios que vos parecerem mais prudentes e efficazes, procurando o que esses não causem alvoroço nos povos e que se consiga o fim que se pretende, sem ruído ou alteração dos mesmo escravos⁶¹.

Na Paraíba, a lavoura canvieira era, como em todo o Brasil, movida pela agressão a seus trabalhadores, os africanos escravizados. Nessa capitania, contudo, o caso era tão alarmante que o Rei de Portugal, temendo, talvez, uma reação mais organizada dos escravizados, pediu aos senhores da Paraíba que fossem mais “prudentes” no uso da violência.

Sem dúvida, a principal atividade à qual esses africanos e seus descendentes estavam ligados era a produção agrícola da cana-de-açúcar. Mas essa não era a única atividade para a qual eles eram encarregados. Ao descrever sobre as atividades que envolviam o pau-brasil, Brandônio, o já referido personagem dos *Diálogos* de Ambrósio Fernandes Brandão, disse que os “homens ocupados nesse exercício levam consigo para a feitura do pau muitos escravos de Guiné e da terra”⁶². Esse trecho é um dos indicativos de que as atividades extrativas também eram empreendidas através do trabalho escravo de africanos, além dos indígenas.

Por outro lado, a economia açucareira apresentava períodos de entressafra. Talvez essas outras atividades extrativas fossem feitas nesses períodos. Os proprietários não podiam deixar seus escravos sem trabalho por muito tempo, e eles eram remanejados para outras funções. Além de extração do pau-brasil, os africanos e seus descendentes eram utilizados em obras estruturais, como estradas e fortalezas, bem como no transporte de mercadorias⁶³.

61 PINTO, Irineu, *op. cit.*, p. 91.

62 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *op. cit.*, p. 139.

63 MEDEIROS, Maria do Céu, *op. cit.*, 60-61.

Mesmo estando envolvidas com os aldeamentos dos indígenas e utilizando-se do trabalho deles, as ordens religiosas também exploravam o trabalho escravo dos africanos. As propriedades do Mosteiro de São Bento foram ampliadas em 1691, depois de ter sido paga uma dívida feita pela viúva de Gaspar Dias Ferreira. Além de terras, gado e dinheiro, os beneditinos receberam oito escravos⁶⁴. Com o fim do domínio holandês, os beneditinos e os carmelitas reorganizaram suas propriedades, onde mantiveram a exploração da mão de obra escravizada.

Não era apenas no trabalho escravo que a população negra era empregada. Natural da cidade da Paraíba, André Vidal de Negreiros foi um dos principais nomes na expulsão dos holandeses da capitania. Proprietário de dois engenhos na Paraíba, ao falecer, em 1680, várias de suas propriedades, que continham escravizados, foram doadas em testamento. Nessas doações, aparecem alguns cativos que foram alforriados por Vidal de Negreiros. Uma delas era a mulata Violante, que, além da liberdade, conquistou um dote de “seis escravos da Guiné” para quando se casasse. A conquista da liberdade também seria obtida pelos crioulos João Ferreira, Domingas e Isabel e pelo africano Antônio Moçambique.⁶⁵

A carta de alforria era um conquista das pessoas escravizadas a partir de muita negociação e persistência construídas nas relações cotidianas. Em relação a esses escravos libertados por André Vidal de Negreiros, talvez vivessem no âmbito doméstico, tendo construído uma relação de confiança com seu senhor, que ainda no Século XXI é considerado o herói maior da Paraíba. Ao alforriar Domingas, por exemplo, Vidal de Negreiros utilizou o argumento de lhe conceder a liberdade por ela ter criado D. Catharina Vidal de Negreiros, sua afilhada, e herdeira de muitos de seus bens.

Depois da conquista da liberdade, as pessoas negras não estavam distante da esfera do trabalho. Muitos eram os homens e mulheres pobres de ascendência africana (nascidos livres ou tenham

64 MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977. (Edição fac-similar de 1912), p. 267 e 326. Irineu Pinto (*op. cit.*, p. 85) reitera esse fato, porém, data-o como sendo de 1693.

65 *Ibidem*, p. 317-318 e 320.

se libertados), que integravam o mundo do trabalho formado por trabalhadores livres em sociedade escravista. Em uma sociedade marcada pela exploração do trabalho escravo, viver em uma camada social de livres e pobres não era algo fácil, era uma posição de “desclassificados”⁶⁶. Porém, não podemos deixar de destacar que as pessoas negras que viviam fora do cativo se tornaram mais comuns no decorrer do tempo, principalmente, a partir do final do Século XVII e durante os Séculos XVIII e XIX. Contudo, as primeiras experiências negras no período de conquista e de colonização eram, predominantemente, na condição de escravos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que a exploração do trabalho de povos indígenas, da gente africana e de seus descendentes para se conquistar e colonizar Paraíba foi basilar na construção da sociedade colonial da América portuguesa, mesmo no período sob o domínio holandês. Ainda que essa capitania apresentasse dificuldades econômicas para importar africanos, isso não implica dizer que eles não eram trazidos da África Atlântica. Pelo contrário, a colonização do Brasil foi organizada tendo como base a mão de obra cativa africana. Assim, tanto os colonizadores portugueses quanto os holandeses viabilizaram a entrada de africanos para trabalharem no trabalho agrícola e no desenvolvimento de outras atividades relacionadas à extração de madeira (como o pau-brasil), na criação de animais (gado, cabras e cavalos), nas atividades domésticas, entre outras.

A população negra – africana e afro-brasileira –, na sua ampla diversidade – mulheres e homens como trabalhadores livres, libertos e escravizados – esteve presente na formação da Paraíba, desenvolvendo variadas atividades laborativas. Podemos concluir que, junto com os povos indígenas, construíram com a exploração de seu trabalho a história da Paraíba, em diferentes épocas

66 Laura de Mello e Souza utiliza esse termo para se referir às pessoas livres e pobres em Minas Gerais no período de expansão da economia do ouro. Essa posição de “desclassificados” pode servir de parâmetro para pensarmos sobre as experiências de pessoas livres no Século XVII escravista. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no Século XVIII**. Rio de Janeiro: 4.ed., Edições Graal, 2004.

históricas. Sobre estes trabalhos há inúmeras lacunas que merecem ser preenchidas com novos estudos.

Antes de finalizar, é importante salientar que, em documentos seiscentistas podem-se constatar indícios de ações políticas e de resistência à escravidão da gente africana.⁶⁷ Assim, como já referido, Dussen registrou a pouca procura pelos ardras por serem “difíceis de adaptar-se ao trabalho”, ademais, “revoltam-se contra os que os dirigem e muitos fogem para as matas e fazem muitas maldades”⁶⁸. Gonsalves de Mello, ao introduzir o Relatório de Dussen, indicara que um holandês, Jan Blaer, destruiu um “quilombo de negros”⁶⁹. Carpentier, por sua vez, mencionara a dificuldade de se “fazer moer” um engenho na Paraíba, porque, segundo ele, os “negros fugiram”⁷⁰.

Povos indígenas também se rebelaram, de acordo com suas possibilidades, frente às relações de força desiguais que envolviam os nativos e os europeus/colonizadores. Primeiro, os europeus destacavam a visão de indígenas referentes ao trabalho, ao registrar que “não se mostra[va]m interessados em reunir riquezas ou outros bens e por isto não trabalha[va]m [...] a fim de ganhar algum dinheiro”⁷¹. Todavia, em seguida, o mesmo Dussen destacou que iam ao trabalho para adquirir produtos que consideravam importantes para suas vidas, como o “pano de algodão” e a “aguardente”. Mais adiante, salientou que “se empregavam eles [os indígenas] por período de 20 dias, de cada vez” e recebiam como pagamento “panos”. Entretanto, concluiu seu relato afirmando: “Terminado o prazo [de 20 dias], é muito difícil conseguir mantê-los no trabalho”⁷². Enfim, o trabalho era um meio

67 Sobre a presença africana em território paraibano, Guimarães defende recentemente, estudo de mestrado no PPGH/UFPB. Na sua dissertação, o autor discute dados estatísticos sobre a população africana, o tráfico atlântico e variadas formas de resistências e sociabilidades africanas em terras do Norte agrário do Brasil nos últimos anos do período Colonial e início da formação do Brasil independente. Consulte-se GUIMARÃES, Matheus S. **Diáspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidades na primeira metade do século XIX**. 2015. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em História/UFPB, 2015.

68 DUSSEN, Adriaen Van Der, *op. cit.*, p.92.

69 GONSALVES DE MELLO, José Antônio, *op. cit.*, p. 22.

70 CARPENTIER, Servaes, *op. cit.*, p. 120.

71 DUSSEN, Adriaen Van Der, *op. cit.*

72 *Ibidem*, p. 87-88.

de vida para indígenas coloniais, mas eles se recusavam a dedicar toda a sua vida ao trabalho, conforme expectativas dos colonizadores europeus.

Por fim, apesar da visão diferente no desenvolvimento do trabalho, os ditos *negros* – indígenas, africanos e seus descendentes – foram fundamentais para edificar em terras brasileiras uma nova sociedade, a escravocrata, que existiu por quase quatro séculos, em profunda articulação com o capitalismo⁷³ no início de sua constituição. Suas imbricações nos legaram uma sociedade cujas marcas, como a da exploração e da violência, ainda não foram apagadas.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União, 1980.

ANDRADE, Gilberto O. de. **O Rio Paraíba do Norte**. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/SEC, 1997. (Edição Facsimilar de 1957).

BOSCHI, Caio. Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. **Tempo**, Rio de Janeiro, n.13, p.77-109, jul., 2002.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977

73 WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia da Letras, 2012 [1944].

[1618].

CARPENTIER, Servaes. Relatório sobre a capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, conselheiro político e diretor da mesma capitania. In: MEDEIROS, Manuel Batista de. **Capitania holandesa da Paraíba: o condado dos pães de açúcar numa visão do Século XVII**. João Pessoa: 2.ed., Editora Unipê, 2004, p. 111-131.

DUSSEN, Adriaen van der. Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais. In: GONSALVES DE MELLO, José Antônio (org.). **Revista do Instituto do Açúcar e do Alcool**, Rio de Janeiro, 1947.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Parayba (1585-1630)**. Bauru: EDUSC, 2007.

GONÇALVES, Regina Célia; CARDOSO, Halisson Seabra; PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. Povos indígenas no período de dominação holandês: uma análise dos documentos Tupi (1630-1656). In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de; GONÇALVES, Regina Célia (orgs.). **Ensaio sobre a América Portuguesa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009, p.39-51.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GUIMARÃES, Matheus S. **Diáspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidades na primeira metade do século XIX**. 2015. 313f. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal da Paraíba, 2015.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da Capitania da**

Paraíba. Tradução José Hygino Duarte Pereira. João Pessoa: Editora A União, 1982 [1639].

KOSTER, Henry. **Viagem pelo Nordeste.** Tradução e notas de Luís da Câmara Cascudo. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1942 [1816].

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil.** São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977. (Edição fac-similar de 1912).

MEDEIROS, Maria do Céu. O trabalho na Paraíba Escravista. In: MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O trabalho na Paraíba:** das origens à transição para o trabalho livre. Editora Universitária/UFPB, 1999, p.17-99.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista no Período Pombalino e seus reflexos nas Capitanias do Norte da América Portuguesa. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MEDEIROS, Ricardo Pinto de (orgs.). **Novos olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 2007.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Negros e indígenas na economia da Paraíba (1654-1755). In: ROCHA, Solange Pereira da; FONSECA, Ivonildes da Silva (orgs.). **População negra na Paraíba:** Educação, História e Política , v.1. Campina Grande: EDUFPG, 2010, p.41-54.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e. **Crise Colonial e Independência** (1808-1830). Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p.75-113.

OLIVEIRA, Elza Régias de. **A Paraíba na crise do Século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)**. 2. ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2007.

PINTO, Irineu. **Datas e notas para a história da Paraíba** – Vol. 1. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977 [1908].

ROCHA, Solange P. **Gente negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: Unesp, 2009.

RUSSEL-WOOD, John. Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Humanitas, v.18, n.36, p.187-249, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no Século XVIII**. 4 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

VIDAL, Ademar. Três séculos de escravidão na Parahyba. **Estudos Afro-brasileiros**. Recife: Massangana, p.105-152, 1988. (Edição fac-similar, 1934).

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia da Letras, 2012 [1944].

Fontes manuscritas (Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Paraíba)

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, D. 79 – CARTA dos lavradores e senhores de engenho da Paraíba ao príncipe regente [D. Pedro], queixando-se dos oficiais da Câmara pela mudança da balança do açúcar de Tiberi para o passo do Varadouro e a necessidade de se fazer comércio com Pernambuco, pela falta de gêneros e navios do Reino e Angola e escravos da Guiné. **1671, setembro, 8, Lisboa**. Anexo: 4 documentos. AHU-Paraíba, cx. 1, doc.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, D. 95. – CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a representação dos moradores da Paraíba para conservarem os índios em suas aldeias, podendo, assim, usá-los em suas lavouras e fábricas de engenhos, lenhas e outros serviços, na falta de escravos de Angola. **1675, outubro, 7, Lisboa.** AHU-Paraíba, cx. 1, d